

Deliberação dos Comitês PCJ nº 404/22, de 31/03/2022, reti-ratificada em 29/06/2022

Aprova o Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios de Domínio do Estado de São Paulo, na área das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Cobrança PCJ Paulista – exercício 2022.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, criado e instalado segundo a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1), denominados Comitês PCJ, no uso de suas atribuições legais, em sua 25ª Reunião Extraordinária, no âmbito de suas respectivas competências:

Considerando a implantação da cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo na área das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Cobrança PCJ Paulista, nos termos da Lei nº 7663/1991; da Lei nº 12.183/2005, do Decreto nº 50.667/2006 e Decreto específico da cobrança para a UGRHI 05;

Considerando os termos da Deliberação COFEHIDRO nº 175/2017, de 09/03/2017, que estabelece modelo de Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança pelo Uso da Água;

Considerando os termos da Deliberação COFEHIDRO nº 213, de 31/01/2020, que altera a Deliberação COFEHIDRO nº 175, de 09/03/2017, estabelecendo que os colegiados devem aprovar os planos anuais de aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo até o final do mês de abril do exercício a que se refere;

Considerando a previsão de arrecadação para o exercício de 2022 e os ajustes da receita para investimento do ano anterior (2021); as despesas de custeio; os rendimentos previstos para 2022 e os respectivos valores auferidos em 2021; as previsões das taxas de administração do Agente Financeiro para 2022 e os respectivos valores desembolsados em 2021; as previsões de taxas de liberação dos Agentes Técnico e Financeiro para 2022 e os respectivos valores desembolsados em 2021 e demais custos operacionais da cobrança;

Considerando que a aprovação do Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança pelo Uso da Água nas Bacias PCJ – Plano de Aplicação da Cobrança PCJ Paulista, para o exercício de 2022, é condição estabelecida no art. 4º da Deliberação COFEHIDRO nº 213, de 31 de janeiro de 2020, para a transferência à Agência das Bacias PCJ, do percentual de 10% da arrecadação da cobrança pelo uso da água correspondente ao seu custeio administrativo;

Considerando a necessidade de registro, no Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança, para o exercício 2022, da transferência de recursos financeiros entre comitês de bacias hidrográficas da Bacia do Rio Tietê, destinada à execução de empreendimentos de interesse regional previstos no Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH 2020 a 2023;

Considerando que o assunto foi apreciado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, durante a sua 84ª Reunião Ordinária, realizada em 04/03/2022, por videoconferência;

Considerando que, após a aprovação do plano pelos Plenários, em 31/03/2022, verificou-se a necessidade, mediante análise e solicitação da Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi), da realização de ajustes no Anexo I, os quais foram apreciados pela CT-PL, em sua 85ª Reunião Ordinária, em 03/06/2022, por videoconferência

Deliberam:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ – Plano de Aplicação da Cobrança PCJ Paulista, para o exercício de 2022, conforme **Anexo I** desta deliberação.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Art. 2º Constam do **Anexo II** desta deliberação as despesas de custeio previstas para o exercício de 2022, envolvendo os custos operacionais da Cobrança PCJ Paulista, as atividades de Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, despesas de pessoal e outras despesas de custeio.

Art. 3º Consta do **Anexo III** desta deliberação a memória de cálculo de investimento, contemplando os empreendimentos financiados com recursos da Cobrança PCJ Paulista, voltada a apurar eventuais saldos de contratos a serem utilizados no exercício de 2022.

Art. 4º Caberá à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ providenciar o encaminhamento desta deliberação e seus Anexos à Secretaria Executiva do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (SECOFEHIDRO).

Parágrafo único. Fica delegada à Fundação Agência das Bacias PCJ, na função de Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, promover eventuais ajustes de valores constantes dos Anexos I, II e III desta deliberação, verificados após análise e solicitação da SECOFEHIDRO.

Art. 5º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

(assinado digitalmente)
SIDNEY JOSÉ DA ROSA
Presidente do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)
LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA
Presidente do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)
DAMIÃO APARECIDO DO COUTO
Secretário-executivo do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)
ANDRÉ LUIZ SANCHEZ NAVARRO
Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



ANEXO I – Deliberação dos Comitês PCJ nº 404/22, de 31/03/2022, reti-ratificada em 29/06/2022

Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança PCJ Paulista para 2021

Decreto estadual nº 50.667, de 30 de março de 2006

1 RECEITA	SUB-TOTAL	TOTAL	%
1.1 Previsão de Arrecadação no Exercício (2022) - Programa 2625 - 18.544.2625.2469 - LOA / Ação 2469 (Financiamento de Ações na UGHRI Piracicaba, Capivari e Jundiá - Rec. Cob. Uso Água)		20.209.000,00	100%
2 AJUSTE DA RECEITA (2021)		1.448.319,89	
2.1 Ajuste da Arrecadação		1.725.523,00	
2.1.1 Previsão de arrecadação (2021)	19.982.195,00		
2.1.2 Arrecadação (2021)	21.826.706,18		
2.1.3 Restituição de valores cobrados pelo uso da água ao usuário	118.988,18		
2.2 Ajuste do Custeio		(277.203,11)	
2.2.1 Previsão de alocação para Custeio (2021)	1.998.219,50		
2.2.2 Repasse efetivo para Custeio (ano anterior) (Somatória de "Resgate para transferência ao DAEE" + "Repasse sobre valores arrecadados")	2.275.422,61		
3 DESPESAS DE CUSTEIO (conforme Anexo II)			
3.1 Alocação da previsão de arrecadação (máximo de 10%)		2.020.900,00	10,00%
3.1.1 Custos Operacionais da Cobrança (Alinea "a", Inciso VI, Artigo 22)	55.000,00		
3.1.2 Atividades de Secretaria Executiva (Alinea "b", Inciso VI, Artigo 22)	522.825,92		
3.1.3 Outras Despesas de Custeio (Alinea "c", Inciso VI, Artigo 22)	85.570,90		
3.1.4 Pessoal	1.357.503,18		
3.1.5 Transferência para DAEE - ressarcimento de tarifas de cobrança	0,00		
4 AJUSTES DO EXERCÍCIO ANTERIOR E PREVISÕES PARA O EXERCÍCIO ATUAL		1.963.601,92	
4.1 Rendimentos		3.976.975,87	
4.1.1 Previsão de rendimentos (2021)	1.600.000,00		
4.1.2 Rendimentos (2021)	2.776.975,87		
4.1.3 Ajuste do exercício (2021) (previsto x rendimentos)	1.176.975,87		
4.1.4 Previsão para o exercício de (2022)	2.800.000,00		
4.2 Taxa de Administração do Agente Financeiro (Inc. V, Artigo 22)		(1.358.435,99)	
4.2.1 Previsão da Taxa de Administração (2021)	1.455.051,35		
4.2.2 Desembolso efetuado (2021)	1.355.487,34		
4.2.3 Ajuste da Taxa de Administração do Agente Financeiro (2021)	99.564,01		
4.2.4 Provisão para taxa de Administração do Agente Financeiro (2022)	1.458.000,00		
4.3 Taxa de Liberação do Agente Financeiro (Inc. V, Artigo 22)		(197.502,64)	
4.3.1 Previsão da Taxa de Liberação do Agente Financeiro (2021)	240.000,00		
4.3.2 Desembolso efetuado (2021)	187.502,64		

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



4.3.3 Ajuste da Taxa de Liberação do Agente Financeiro (2021)	52.497,36	
4.3.4 Provisão para Taxa de Liberação do Agente Financeiro (2022)	250.000,00	
4.4 Taxa de Liberação dos Agentes Técnicos (Inc. V, Artigo 22)		(341.057,18)
4.4.1 Previsão da Taxa de Liberação dos Agentes Técnicos (2021)	460.000,00	
4.4.2 Desembolso efetuado (2021)	401.057,18	
4.4.3 Ajuste da Taxa de Liberação dos Agentes Técnicos (2021)	58.942,82	
4.4.4 Provisão para Taxa de Liberação dos Agentes Técnicos (2022)	400.000,00	
4.5 Taxa de Comissão de Estudos dos Agentes Técnicos (Inc. V, Artigo 22)		(116.378,14)
4.5.1 Previsão da Taxa Comissão de Estudos dos Agentes Técnicos (2021)	78.335,90	
4.5.2 Desembolso efetuado (2021)	110.761,64	
4.5.3 Ajuste da Taxa Comissão de Estudos dos Agentes Técnicos (2021)	(32.425,74)	
4.5.4 Provisão para Taxa Comissão de Estudos dos Agentes Técnicos (2022)	83.952,40	
5 APURAÇÃO PARCIAL DA DISPONIBILIDADE PARA INVESTIMENTO		3.621.921,81
5.1 Ajuste da receita (transporte item 2)	1.448.319,89	
5.2 Total dos Ajustes e Previsões (transporte item 4)	1.963.601,92	
5.3 Recebimento da Transferência entre Bacias efetuada por outro CBH	210.000,00	
6 DESPESAS DE INVESTIMENTO		
6.1 Alocação da previsão de arrecadação para Investimento		18.188.100,00
6.2 Empréstimos contratados (Inc. I, Artigo 22)		0,00
6.3 Bases técnicas e instrum. da Política Est. de Rec. Hídricos (Inc. II, Artigo 22)		0,00
6.4 Transferências entre Bacias (Inc. III, Artigo 22)		75.000,00
6.5 Pagamentos (inc. IV, art. 22)		-
6.5.1 Manutenção de sistemas de controle da cobrança	-	
6.6 Lançamentos a Crédito constantes no extrato bancário (2021)		66.265,86
6.6.1 Rendimentos repassados pelo Tomador	32.416,26	
6.6.2 Devolução de parcelas - contratos não reembolsáveis	33.849,60	
6.6.3 Pagamento de parcelas - contratos com retorno	0,00	
6.7 Ajuste do exercício (2021)		13.865.474,61
6.7.1 Valor disponibilizado no plano de aplicação da cobrança (2021) para investimento	16.174.392,89	
6.7.2 Resultado da movimentação dos empreendimentos (transporte do resultado apurado no Anexo III - Memória de cálculo de investimento - pela diferença entre disponibilidades e valores comprometidos)	(2.308.918,28)	
6.8 Transferência de Recursos de Custeio		-
6.9 Apuração parcial da disponibilidade para investimento (transporte item 5)		3.621.921,81
APURAÇÃO FINAL DA DISPONIBILIDADE PARA INVESTIMENTO		35.666.762,28

90,00%

ANEXO II – Deliberação dos Comitês PCJ nº 404/22, de 31/03/2022, reti-ratificada em 29/06/2022

Despesas de Custeio para 2021
Decreto estadual nº 50.667, de 30 de março de 2006

NATUREZA DAS DESPESAS	VALOR (R\$)	%
Custos Operacionais da Cobrança	55.000,00	2,72%
1. Tarifas/Taxas Bancárias	55.000,00	2,72%
2. Transferência para DAEE - ressarcimento de tarifas de cobrança	-	0,00%
3. Correio	-	0,00%
SUB-TOTAL	55.000,00	2,72%
Atividades de Secretaria Executiva	522.825,92	25,87%
Material de Consumo	9.727,16	0,48%
1. Gêneros alimentícios	2.000,00	0,10%
2. Combustíveis e Lubrificantes	1.940,11	0,10%
3. Material, peças e acessórios	-	0,00%
4. Material para informática	2.000,00	0,10%
5. Material de escritório	2.000,00	0,10%
6. Outros materiais de consumo	1.787,05	0,09%
SUB-TOTAL	9.727,16	0,48%
Serviços de Terceiros	513.098,76	25,39%
1. Assessoria e consultoria	167.800,00	8,30%
2. Serviços de limpeza e vigilância (pessoa jurídica)	1.000,00	0,05%
3. Outros serviços de terceiros (pessoa jurídica)	297.926,79	14,74%
4. Outros serviços de terceiros (pessoa física)	-	0,00%
5. Obrigações Tributárias e Contributivas	46.371,97	2,29%
SUB-TOTAL	513.098,76	25,39%
Outras Despesas de Custeio	85.570,90	4,23%
1. Serviços de Utilidade Pública	78.570,90	3,89%
2. Passagens e Despesas com Locomoção	7.000,00	0,35%
3. Alimentação e Hospedagem	-	0,00%
SUB-TOTAL	85.570,90	4,23%
Pessoal	1.357.503,18	67,17%
1. Salários Líquidos	321.977,98	15,93%
2. Férias + 1/3 (líquido)	45.587,71	2,26%
3. 13º salário (líquido)	34.190,78	1,69%
4. Provisão rescisão contratual	-	0,00%
5. Vale transporte	580,28	0,03%
6. Imposto de Renda	54.120,58	2,68%
7. INSS	474.333,78	23,47%
8. PIS	17.699,02	0,88%
9. FGTS	141.592,17	7,01%
10. Assistência médica	145.737,14	7,21%
11. Auxílio alimentação	110.880,00	5,49%

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



NATUREZA DAS DESPESAS	VALOR (R\$)	%
12. Seguro de vida	2.803,74	0,14%
13. Auxílio creche	-	0,00%
14. Contribuição sindical	-	0,00%
15. Treinamento/Cursos/Congressos	3.000,00	0,15%
16. Saúde ocupacional (segurança e medicina do trabalho)	5.000,00	0,25%
SUB-TOTAL	1.357.503,18	67,17%
TOTAL:	2.020.900,00	100,00%

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



ANEXO III – Deliberação dos Comitês PCJ nº 404/22, de 31/03/2022, reti-ratificada em 29/06/2022

Memória de Cálculo de Investimento
Decreto estadual nº 50.667, de 30 de março de 2006

FÓRMULAS UTILIZADAS PARA CÁLCULO DOS RESÍDUOS E COMPROMETIDOS				
SITUAÇÃO	Para empreendimentos com código SINFEHIDRO anteriores ao do Plano de Aplicação do (ano 2021)	Lançar valor final na coluna	Para empreendimentos com código SINFEHIDRO do Plano de Aplicação do (ano 2021)	Lançar valor final na coluna
Em análise	-	-	Valor da coluna (A)	(F)
Não Iniciado	Valor da coluna (A)-(B)	(E)	Valor da coluna (B)	(F)
Em Execução	-	-	Valor da coluna (B)	(F)
Concluído	Valor da coluna (B)+(C)-(D)	(E)	Valor da coluna (B)+(C)-(D)	(E)
Cancelado	Valor da coluna (A) ou (B)	(E)	-	-

Nº SINFEHIDRO	Nº Contrato	Situação	Data de assinatura	Data de conclusão	Valor pleiteado (A)	Valor aprovado (B)	Valor aditado (C)	Valor pago (D)	DISPONÍVEL P/ UTILIZAÇÃO (E)	COMPROMETIDO (F)
2021-PCJ_COB-202	-	Cancelado	-	-	7.180.121,34	-	-	-	-	-
2021-PCJ_COB-203		Em análise	-	-	735.806,82	-	-	-	-	735.806,82
2021-PCJ_COB-204		Em análise	-	-	334.302,28	-	-	-	-	334.302,28
2021-PCJ_COB-205		Em análise	-	-	184.237,37	-	-	-	-	184.237,37
2021-PCJ_COB-206		Em análise	-	-	241.642,44	-	-	-	-	241.642,44
2021-PCJ_COB-207		Em análise	-	-	492.950,46	-	-	-	-	492.950,46
2021-PCJ_COB-208		Em análise	-	-	432.672,53	-	-	-	-	432.672,53
2021-PCJ_COB-209		Em análise	-	-	486.898,91	-	-	-	-	486.898,91
2021-PCJ_COB-210		Em análise	-	-	221.404,85	-	-	-	-	221.404,85
2021-PCJ_COB-211		Em análise	-	-	508.207,84	508.207,84	-	-	-	508.207,84
2021-PCJ_COB-212		Em análise	-	-	201.971,37	-	-	-	-	201.971,37
2021-PCJ_COB-213		Em análise	-	-	169.961,52	-	-	-	-	169.961,52

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Nº SINFEHIDRO	Nº Contrato	Situação	Data de assinatura	Data de conclusão	Valor pleiteado (A)	Valor aprovado (B)	Valor aditado (C)	Valor pago (D)	DISPONÍVEL P/ UTILIZAÇÃO (E)	COMPROMETIDO (F)
2021-PCJ_COB-215		Em análise	-	-	250.217,90	-	-		-	250.217,90
2021-PCJ_COB-216		Em análise	-	-	269.992,40	-	-		-	269.992,40
2021-PCJ_COB-214		Em análise	-	-	183.569,54	183.569,53	-		-	183.569,54
2020-PCJ_COB-196	195/2021	Não Iniciado	28/05/21	-	4.114.052,71	4.114.052,71	-	-	-	-
2020-PCJ_COB-201	186/2021	Não Iniciado	30/04/21	-	1.788.513,04	1.788.513,04	-	-	-	-
2020-PCJ_COB-200	099/2021	Não Iniciado	24/03/21	-	452.834,94	452.834,94	-	-	-	-
2020-PCJ_COB-197	196/2021	Não Iniciado	28/05/21	-	3.774.722,59	3.774.722,59	-		-	-
2020-PCJ_COB-193	118/2021	Não Iniciado	24/03/21	-	3.101.404,70	3.101.404,70	-	-	-	-
2020-PCJ_COB-194	097/2021	Em execução	23/03/21	-	3.862.035,58	3.862.035,58	-	759.123,32	-	-
2020-PCJ_COB-195	117/2021	Em execução	23/03/21	-	3.523.782,87	3.523.782,87	-	734.477,20	-	-
2010-PCJ_COB-24	005/2011	Concluído	29/03/11	11/01/21	130.322,21	130.316,78	-	130.312,78	4,00	-
2017-PCJ_COB-156	111/2018	Concluído	05/04/18	11/01/21	4.320.026,31	4.320.026,31	-	4.320.026,31	-	-
2016-PCJ_COB-147	090/2017	Concluído	26/04/17	22/06/21	5.570.868,58	5.068.394,04	-	4.338.616,30	729.777,74	-
2017-PCJ_COB-166	096/2018	Concluído	19/03/18	22/06/21	2.718.583,45	2.718.583,45	-	2.718.583,45	-	-
2018-PCJ_COB-178	113/2019	Concluído	15/05/19	01/09/21	2.646.314,05	2.545.332,36	-	2.435.952,18	109.380,18	-
2012-PCJ_COB-64	155/2013	Concluído	03/04/13	13/09/21	184.162,98	184.162,98	-	95.202,00	10.578,00*	-
2018-PCJ_COB-185	117/2019	Concluído	17/05/19	13/09/21	2.050.181,55	2.025.256,82	-	1.238.725,87	786.530,95	-
2018-PCJ_COB-177	043/2019	Concluído	11/03/19	13/09/21	2.489.104,77	2.433.095,57	-	1.819.842,38	613.253,19	-
2018-PCJ_COB-184	116/2019	Concluído	17/05/19	28/01/22	1.336.964,90	1.336.964,90	-	1.181.571,01	155.393,89	-
									2.404.917,95	4.713.836,23 (2.308.918,28)

Observação: *Contrato nº 155/2013: Do saldo gerado entre o valor aprovado e o valor pago (R\$ 88.960,98), foi contabilizado como disponível, em 2014, o valor de R\$ 78.382,98 (já utilizado), restando um saldo de R\$ 10.578,00.